

## Quem precisa de ancestralidade? A narrativa dos testes de DNA no jornalismo brasileiro<sup>1</sup>

Igor Oliveira Neves<sup>2</sup>

Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo, SP

### RESUMO

O artigo analisa as matérias que abordam os testes de ancestralidade que realizam o rastreamento das origens geográficas do DNA de seres humanos. Fazemos uma problematização sobre esses testes, levantando as questões éticas envolvidas, como a reafirmação da existência de grupos raciais no campo biológico, as informações sobre doenças disponibilizadas e os problemas de segurança e privacidade. Discutimos o papel de definidor primário do jornalismo. Por fim, observamos as matérias veiculadas na imprensa que tratam dos testes constatando que os textos apresentam uma visão determinista sobre os testes, falam de raça enquanto conceito biológico e não discutem as implicações éticas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo; Comunicação pública da ciência; Raça e genética; Testes de ancestralidade; Determinismo genético.

### Introdução

Testes de ancestralidade estão na moda. Basta uma pesquisa rápida no *Youtube* para ter acesso a diversos vídeos de pessoas compartilhando seus resultados genéticos, torcendo para possuírem certo tipo de ascendência, se decepcionando quando descobrem que possuem maior porcentagem de um certo lugar do que de outro ou até mesmo usando os dados para explicar conexões culturais e espirituais com povos e culturas. Conhecido como genética recreativa, esse tipo de serviço parece ter virado um espetáculo.

Porém, atrás dessas curiosidades sobre a história familiar dos clientes, se escondem complicações éticas dignas de nota. Além de não apresentarem resultados tão precisos como se vendem, esses testes possuem falhas de segurança, dão aos clientes resultados médicos que podem ser interpretados erroneamente e já começam a ser usados em investigações criminais e por vigilância governamental (Duster, 2014; Roberts, 2011).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: [igoroliveiraneves@gmail.com](mailto:igoroliveiraneves@gmail.com).

---

Para pesquisadores como Roberts (2011) e Mbembe (2018), esses testes também estão sendo usados no reavivamento de concepções biologizantes de raça. A ideia de que raças são realidades biológicas foi base fundamental de grande número de correntes científicas da segunda metade do século XVIII até primeira metade de século XX.

O que chamamos hoje de racismo científico representa correntes teóricas como o determinismo social, darwinismo social e eugenia, que acreditavam não somente na existência de raças humanas no campo natural, como defendiam que existiam raças superiores e raças inferiores. Esses pensamentos surgiram na Europa como forma de explicação para a dominação colonial sobre outros povos. No Brasil, as teorias raciais condenavam a mestiçagem e consideravam que o ser fruto da mistura racial seria um degenerado. (Schwarcz, 1993).

A partir da década de 30 no Brasil e mundialmente a depois do fim da Segunda Guerra Mundial e dos horrores do nazismo, houve um esforço coletivo da comunidade acadêmica para que a tais teorias fossem negadas e que o conceito de raça fosse considerado apenas social, nunca biológico (Guimarães, 2009; Schwarcz, 2012).

Por aqui acabou-se adotando a ideia de uma democracia racial, já que devido a intensa mistura e hibridismo cultural, o Brasil se tornou um país com povo mestiço onde as hierarquias seriam apenas de classe e não de raça. Essa ideologia dominou até contestações do movimento negro a partir dos anos 70 e 80 (Munanga, 2019; Nascimento, 2016; Schwarcz, 1993).

Este artigo discute como os testes de ancestralidade, que surgiram após o fim do sequenciamento do genoma humano em 2003 reacendem questões que relacionam raça a algum conceito biológico e como eles são cobertos pela imprensa. Para isso, utilizamos as discussões feitas por Roberts (2011), Happe (2014), Duster (2014). Em seguida, levantamos questionamentos sobre a construção discursiva da ciência como uma verdade absoluta e sua absorção como definidor primário pelo jornalismo a partir das discussões de Bakhtin (2016), Volóchinov (2018), Latour (2011), Passos (2017) e Hall et al (2016). Por último, analisamos os textos veiculados na imprensa brasileira sobre assunto.

### **Testes de ancestralidade genética, segurança e o renascimento biológico da raça**

Desde a finalização do sequenciamento do genoma humano, em 2003, através do *Human Genome Project*, testes de ancestralidade genética passaram a ser oferecidos por empresas privadas. Analisando partes do DNA mitocondrial herdado maternamente e do

---

cromossomo Y, presente na linhagem paterna, ou ainda através de variações dos SNPs, esses testes se propõem a localizar geograficamente os ancestrais de cada consumidor. Junto com a resposta sobre a ancestralidade, algumas empresas oferecem também resultados referentes a saúde do testados. Apesar da sua ampla aceitação no mercado consumidor esses serviços levantam questionamentos éticos bastante graves.

Apesar de ser considerado um consenso científico o fato de que não existem raças no sentido biológico, o que os testes de ancestralidade fazem, ao mesmo tempo em que continuam negando a existência de raças, é reforçar a ideia de que tais divisões existem e que elas são baseadas na origem geográfica de grupos humanos (Roberts, 2011).

Roberts também questiona os métodos de análise usados por essas testagens. Ao dizer que alguém nos Estados Unidos ou no Brasil hoje compartilha resultados genéticos com um grupo étnico africano, assume-se que esses grupos permaneceram geneticamente “puros” desde a época do tráfico atlântico, já que a comparação é feita com grupos étnicos também contemporâneos. Porém, como demonstra Roberts, os diversos grupos raciais se misturaram geneticamente, então um indivíduo que nasceu em Gana nos dias de hoje pode traçar afinidades genéticas com indivíduos de mais de 12 países africanos. O que se tem, então, é uma estimativa, o que justifica o fato de testes de diferentes empresas apresentarem discrepâncias nas porcentagens e nas associações étnicas.

Um outro fator que se impõe ainda é o de que muitas minorias étnicas não estão nas bases de dados dos laboratórios de testagens genéticas, o que afeta tanto a precisão da localização geográfica da ancestralidade desses grupos como a análises de outros fatores referente aos resultados de saúde que esses testes oferecem (Lamothe, 2020).

A questão de uma certa ideia de pureza racial ou étnica é ainda outro fator que pode surgir da interpretação desses testes, contribuindo para alimentar as ideias de que raça podem ser observadas como realidades naturais.

Contar a clientes que eles são a composição de diversos grupos antropológicos amplos reafirma três mitos centrais sobre a raça: que existem raças puras, que cada raça contém pessoas que são fundamentalmente iguais e fundamentalmente diferentes de pessoas de outras raças, e que raças são biologicamente demarcadas. O conceito de dividir o genótipo de uma pessoa em diferentes componentes raciais parte do princípio de que cada componente é racialmente puro. Nós só podemos imaginar alguém que é um quarto europeu se nós tivermos o conceito de alguém que é 100% europeu. (ROBERTS, 2011, p. 228, tradução nossa)

---

O problema de aplicar a esses marcadores de ancestralidade geográfica a mesma lógica que se aplica a raça é que imaginar alguém 100% por cento europeu significa imaginar alguém 100% branco. Que podem tanto alimentar ideias de supremacia racial baseado na quantidade de “sangue puro” que alguém tem ou traçar linhas de pertencimento racial que ignorem os fatores sociais e culturais por trás das ideias de raça.

Em um estudo sobre os testes de ancestralidade disponíveis no Brasil, na Inglaterra e nos Estados Unidos em 2010, Gaspar Neto, Santos e Kent (2012), defendiam que os testes vendidos por aqui representavam uma forma de olhar para raça a partir da miscigenação enquanto os vendidos fora se focavam mais na localização de grupos étnicos específicos.

É interessante observar que o teste brasileiro analisado por Gaspar Neto, Santos e Kent (2012), que era disponibilizado pelo Laboratório GENA, e que pode ser visto como preferível pelos autores, realiza um tipo de teste que define a quantidade de mistura genômica de cada indivíduo, o que, tanto para o cientista chefe do laboratório, Sérgio Pena, quanto para os autores do artigo, representaria uma forma de mostrar a não existência das raças. Esse argumento inclusive é usado por Pena para criticar a implementação de cotas raciais<sup>3</sup>, o que parece ignorar o que Kelly E. Happe (2013) chama de experiência vivida da raça.

Porém, os termos usados e discutidos nesses testes (mistura genética, três grandes grupos genéticos originados geograficamente) não ficam muito longe do vocabulário que era proferido por Euclides da Cunha ou Nina Rodrigues (miscigenação racial, três grandes raças) no auge do racismo científico e que continuou no imaginário social com o discurso da democracia racial (Neves, 2019; Schwarcz, 1993, 2012).

Além das questões relacionadas ao renascimento biológico da raça, outros fatores que se mostram problemáticos em relação aos testes genéticos são as implicações em relação à saúde e à privacidade dos dados.

Várias empresas, além de oferecerem os testes com a origem geográfica dos ancestrais, também disponibilizam testes contendo informações sobre possíveis doenças que o consumidor pode vir a desenvolver dependendo das mutações genéticas

---

<sup>3</sup> “No Brasil, a questão de cotas raciais tem gerado conflito. Se tivessem feito um programa de ações afirmativas com bases mais financeiras e de classes, mais do que de raças, os mesmos objetivos seriam atingidos sem criar ressentimentos.”. (PENA, 2017)

---

encontradas no DNA, como Alzheimer, diabetes, câncer de mama, doenças cardíacas e pressão alta.

O que pode acontecer em muitos casos é que, sem um acompanhamento médico adequado, o consumidor pode interpretar os resultados dos testes de forma equívoca e determinista. Mostrar que alguém possui ou não predisposição genética pode ser entendida como uma condenação ou absolvição absoluta sobre essas doenças. O que não é verdade, já que o desenvolvimento de doenças não dependem apenas da predisposição, mas também de fatores externos (Horton et al., 2019).

Os testes são menos precisos do que aparentam ser para o grupo consumidor. A presença de falsos positivos ou falsos negativos é comum. Falsos positivos podem acontecer, segundo Horton et al (2019), pois os testes não possuem um controle de qualidade muito rigoroso ou por falta de atualização de sistemas e métodos de análise. Falsos negativos podem acontecer por causa da pouca abrangência de mutações ou genes analisados.

Happe (2013) alerta para os problemas de interpretações deterministas de que apenas genomas influenciariam o surgimento de doenças. Essa visão reafirmaria a ideia biológica de raça quando observado que os grupos que mais seriam acometidos e morreriam de doenças genéticas seriam grupos racializados, principalmente os negros. Essa perspectiva ignora a experiência vivida da raça, que define o acesso de pessoas negras possuem a atendimento médico e tratamentos preventos, o acesso a condições de moradias confortáveis, a uma alimentação saudável entre outros fatores.

Troy Duster (2014) alerta para os usos forenses dos testes de DNA, que estão sendo usados para definir a raça de suspeitos de cometer crimes. Esse uso se mostra preocupante, já que os padrões usados para definir se um procurado é branco ou negro são de presença de certos marcadores raciais nos genes como a de anemia falciforme mais comum na população negra ou de fibrose cística mais presente em pessoas brancas. Porém, apesar de serem mais comuns em alguns grupos, essas doenças não são exclusivas dessas populações. E ainda quando se leva em conta o caráter racista das forças policiais ao redor do mundo, essas tecnologias se tornam mais perigosas.

Questões relacionadas à privacidade desses testes genéticos não são menos preocupantes. Dados sigilosos sobre o DNA estão sendo quebrados a pedido da Justiça (Hill; Murphy, 2019), vazamentos de dados pessoais revelam a fragilidade dos sistemas de proteção (Cruz, 2018). A empresa *23andme* uma das maiores do mercado, firmou

recentemente um acordo com a empresa GSK do ramo farmacêutico para a produção de pesquisas que usam a base de dados dos testes genéticos (Garattoni, 2018), levantando questionamentos sobre os possíveis usos por essa indústria e até por uso desses dados que poderiam fazer com que convênios cobrassem mais ou rejeitassem usuário baseados nessas testagens (Freitas, 2018).

### **Ciência como definidora primária**

O discurso científico não é neutro. A ciência também não. Não existe produção de conhecimento que não seja ideologicamente marcada (Volóchinov, 2017). Apesar das tentativas de fazer a ciência parecer como uma verdade, uma luz no fim do túnel, acima do bem e do mal (SAGAN, 2006), o conhecimento científico está firmemente atrelado a referenciais ideológicos, a seus atores e ao contexto social, cultural e econômico no qual foi produzido (Freyesleben, 2019; Passos, 2010).

Longe de ser construído sob um terreno sólido, a ciência é o resultado de disputas entre atores sociais, comunidades interpretativas, epistemologias e tudo mais que cada lado conseguir mobilizar em seu favor (Latour, 2011). Proposições científicas nunca são estáveis, novas descobertas e novas formulações são continuamente construídas, teorias que pareciam sólidas, logo perdem adesão e são trocadas.

A ciência é, então, um espaço de disputas, há uma corrida para ver quem consegue construir os maiores laboratórios e as maiores caixas pretas. Nas argumentações científicas quem consegue mobilizar o maior número de aliados e instrumentos “ganha”. Isto é, até que outro argumentador consiga superá-lo.

Cada paper é uma arena de luta de postulados científicos, uma prova de força em que diversos recursos são investidos de modo a persuadir os pares da veracidade de suas afirmações; cada referência, cada citação é uma arma retórica, bem como o uso de quadros, tabelas, de dados, das leituras de instrumentos (PASSOS, 2010, p. 207)

Para Latour (2011, p. 59-60), a construção de um fato científico é necessariamente social. Uma tese isolada não mobiliza ninguém, não muda paradigmas, não faz o estado da arte avançar. É a interação com as ideias apresentadas, a discussão, negação ou aceitação é que fazem os textos terem sentido.

Seja lá o que um artigo tenha feito com a literatura anterior, se ninguém mais fizer nada com ele, é como se ele nunca tivesse existido. Você pode ter escrito um artigo que encerra um terrível controversa, mas, se ele for ignorado por escritores, não poderá transformar-se em fato; simplesmente *não pode*. [...] A construção de um fato é algo tão coletivo

---

que uma pessoa sozinha só constrói sonhos, alegações e sentimentos, mas não fatos.

Pensar a construção de fatos científicos dessa forma é entender a construção dialógica do discurso proposto por Bakhtin (2016, p. 62). O enunciado está sempre direcionado para um ouvinte, ele se encaixa na cadeia discursiva, ou seja, o enunciado é fruto da interação discursiva com enunciados anteriores ao mesmo tempo em que se direciona a futuros ouvintes.

Desde o início, porém, o enunciado se constrói levando em conta as atitudes responsivas, em prol das quais ele, em essência é criado. O papel dos outros, para quem se constrói o enunciado, é excepcionalmente grande, como já sabemos. Já dissemos que esses outros, para os quais o meu pensamento se torna um pensamento real pela primeira vez (e desse modo para mim mesmo), não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da construção discursiva. Desde o início o falante aguarda a resposta deles, espera uma ativa compreensão responsiva. É como se todo o enunciado se construísse ao encontro da resposta.

Sendo assim, fatos científicos, enquanto discursos sociais direcionados para outros, podem ser contestados por aqueles fora dos laboratórios. Um leitor insatisfeito ou desconfiado com resultados de uma pesquisa científica pode questionar o que está escrito nos artigos, pode ir atrás de todas as referências e ir refazendo o caminho que os autores fizeram, pode perseguir cada detalhe e desconstruir cada argumento.

Porém os “de fora” só podem ir até um determinado limite. Com a construção de laboratórios cada vez maiores e mais sofisticados, com o surgimento de caixas pretas intermináveis e mais robustas. Aqueles que questionam fatos científicos, por mais longe que possam ir, se deparam com um momento em que a única opção é desistir ou aderir à tese (Latour, 2011).

Ao se tornar então uma verdade que parece inquestionável, a ciência ocupa um lugar de definidor primário da realidade no jornalismo (Passos, 2017). Tendo em vista a necessidade de se mostrarem imparciais e confiáveis, o jornalismo hegemônico se apoia em fontes de informação oficiais, que são aquelas que gozam de credibilidade diante a opinião pública, como, além dos ramos da ciência, a Justiça, os governos, a polícia. Para Hall et al (2016, p. 316), “os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existentes na ordem da sociedade”.

Hall et al (2016) dividem as fontes de informação em definidores primários e secundários. Os definidores primários, aqueles com mais credibilidade, de fato, *definem* como as notícias são contadas no jornalismo. São elas que propõem a lógica na qual os

fatos são narrados e quais fatores são importantes. Os definidores secundários não possuem força frente as outras fontes, muitas vezes são descreditados e ainda quando conseguem espaço no jornalismo, têm que respeitar e responder a ordem proposta pelos definidores primários.

Para Bueno (2009) e Brotas (2011), mesmo a cobertura especializada da ciência pelo jornalismo não pode atuar de forma a apenas reproduzir o discurso e as descobertas científicas. Sua função é também tensionar a ciência com outros setores da sociedade, demonstrar uma visão crítica sobre o campo para que assim não se torne mera divulgação científica.

Porém, Brotas (2011, p. 141) aponta que “a busca exacerbada pela simplificação da linguagem, a crença cega na verdade científica, alimentada por toda a modernidade, praticamente excluiu as versões, os conflitos e o contraditório da cobertura jornalística da ciência”.

### **Os testes de DNA na imprensa brasileira**

Para a análise a seguir procuramos selecionar textos que foram publicados tanto na mídia tradicional quanto em veículos especializados na cobertura científica. Muitos dos textos sobre os testes genômicos tinham apenas caráter informativo, não aprofundados, por isso, optamos por selecionar matérias que se propunham a discutir os testes e seus resultados. Procuramos observar se os textos apresentavam uma visão deterministas sobre os testes, se consideravam raça um conceito biológico e se questionavam ou abriam espaço para questionamento dos resultados e seus impactos sociais.

Os textos separados<sup>4</sup> foram a série de reportagens da BBC Brasil publicada em 2007 chamada “Raízes Afro-Brasileiras” e a matéria “Se o seu DNA falasse”, publicada na revista Galileu em 2019. Essas matérias foram escolhidas porque, além dos critérios descritos acima, foram publicadas com 12 anos de diferença, o que nos permite observar se houve alguma mudança no tratamento do assunto, já que nesse período intensificou-se as pesquisas sobre esses testes, e também por serem matérias com destaque dentro dos veículos (a série da BBC recebeu uma páginas própria dentro do site e a da Galileu foi a matéria de capa e com o maior número de páginas da edição em que foi publicada).

---

<sup>4</sup> O texto “Fiz um teste caseiro de DNA para descobrir que sou 15% grega. E essa informação custou caro demais”, publicado no site The Intercept em 2018 tinha sido inicialmente selecionado para a análise e era o texto com o conteúdo mais crítico. Mas por se tratar de um texto em um formato de depoimento da jornalista e não possuir fontes ou personagens acabou sendo retirado.

---

Em 2007 a BBC Brasil promoveu uma série de reportagens no especial “Raízes Afro-Brasileiras” que, em parceria com o geneticista Sérgio Pena, chefe do laboratório GENA, analisou o DNA de 9 personalidades negras brasileiras (Daiane dos Santos, Neguinho da Beija-Flor, Ildi Silva, Seu Jorge, Djavan, Sandra de Sá, Frei David dos Santos, Obina e Milton Nascimento).

O que chama a atenção nas reportagens é a associação genética com fatores raciais. As porcentagens dos testes são dívidas em três populações, africana, europeia e ameríndia, que podem ser facilmente substituídas nas três raças: negra, branca e indígena. O uso do termo miscigenação para se referir a mistura genética remete ainda tanto ao imaginário da democracia racial quanto a ideia biológica de raças.

Em nenhum momento nesses textos são discutidas as implicações éticas das testagens, nem da possibilidade de reavivar a ideia do conceito natural de raças. Talvez por terem sido lançadas em 2007, quando ainda não se discutia sobre as questões de privacidade dos testes genômicos, os textos não abordam nenhum dos riscos que foram mostrados na primeira parte desse artigo. As matérias tratam os resultados como confiáveis, com apenas uma pequena margem de 2,5% de erro.

As reações dos testados variam de satisfeitos por terem maior ancestralidade africana, satisfeitos por serem misturados ou insatisfeitos pela baixa porcentagem africana. A cantora Sandra de Sá se mostrou satisfeita por ser quase 100% africana, ou seja, quase 100% negra. Para a artista a grande porcentagem africana explicaria a sua facilidade com a música. “Segundo Sandra de Sá, o fato de a música estar “enraizada” em sua família, pode ter relação com essa expressiva ancestralidade africana. ‘Minha mãe é superafinada, meu pai é músico, meus tios são músicos’ (GLYCERIO, 2007).

Ter grande parte de ancestralidade africana se mostrou motivo de orgulho para os entrevistados. Parece que grandes porcentagens de DNA africano seriam uma explicação para sentimentos, conexões e habilidades artísticas. O cantor Djavan, por exemplo, vê nos 65% de DNA africano a razão por sua música ser do jeito que é.

O artista acredita que suas raízes africanas expliquem seus talentos musicais e o sentimento de identificação que teve nas viagens que fez pelo continente. “Na primeira vez que eu fui à África, em 81, tomei o maior susto, quando eu pude identificar ali a raiz da minha música, porque eu tenho uma música que no início da minha carreira era muito contestada por muita gente. Diziam que era uma coisa estranha, que não tinha nem pé nem cabeça, que a minha divisão rítmica era uma coisa estranha e tal.”. (GLYCERIO, 2007)

---

A matéria, porém, coloca em seguida dessa afirmação uma fala de um geneticista que explica que habilidades musicais não são herdadas pelo DNA, o que não é feito quando explicação parecida foi dada por Sandra de Sá. Djavan expressa ainda vontade de ter tido mais porcentagem ameríndia. "Só achei um pouco baixa a parte índia. Pensei que fosse de 10% a 15%. Tenho um pouco de índio também, eu sinto". A fala do cantor pode ser um reflexo de como entendemos as ideias de raça e democracia racial.

A ginasta Daiane Santos é descrita pela matéria como “protótipo de brasileira” pela grande mistura genômica de seu DNA. Aqui, de novo, vemos reavivar a ideia da existência de uma possível democracia racial, já que todos são misturados. “Dos nove indivíduos analisados, foi Daiane quem apresentou as proporções mais equilibradas entre os três principais grupos que deram origem à população brasileira” (GLYCERIO, 2007).

Mais à frente no texto é colocada a possibilidade de alguém alterar a sua identidade racial baseada em dados biológicos. “Apesar dos genes europeus, Daiane ainda se vê como afro-descendente. ‘Acho que pela cor da pele. O importante é que todos somos brasileiros’, acrescentou.”

O sambista Neginho da Beija-Flor é destacado como tendo mais genes europeus dos que africanos (67,1% contra 31,5%). É importante substituir europeu por branco, africano por negros nesses casos, pois, como já vimos, são essas imagens que são mobilizadas quando falamos de testes de ancestralidade.

Se a alta porcentagem africana de Djavan e Sandra de Sá explicavam sentimentos e habilidade musicais, a predominância de origem europeia é diminuída pelo sambista. “Para Neginho, os resultados foram surpreendentes, mas não vão mudar a forma como ele se vê. ‘Eu vou pela cor da pele. Se eu disser que sou 67% europeu, nego vai achar que estou de gozação’, disse o músico carioca, pai de dois filhos.” Ou seja, a questão fenotípica e a construção social da raça são priorizadas.

O cantor Seu Jorge também se demonstrou um pouco decepcionado por não ser totalmente africano. “Tinha muita esperança de ser 100% negro. Se fosse, eu ia pedir uma indenização muito pesada nesse país, mas sou filho dos culpados também”, disse o músico em entrevista na sua casa, em São Paulo, à BBC Brasil.” (GLYCERIO, 2007). Aqui além de usar ideia da possibilidade de pureza racial que esses testes habilitam, há também a imaginação de que a mistura genética pode deslegitimar a busca por justiça social por aqueles que são afetados pelo racismo, apesar de ser consenso que raça é uma categoria estritamente social.

---

A questão da deslegitimação aparece também no resultado do Frei David dos Santos. O teste, que apenas consegue examinar as origens dos ancestrais mais antigos de cada linhagem do testado, mostrou que os ancestrais mais antigos do frei eram indígenas, impossibilitando que suas origens africanas fossem exploradas, como era o intuito do projeto.

Isso levou o religioso a questionar os resultados dos testes e acusar o geneticista Sérgio Pena de adulterar os resultados. A matéria em seguida apresenta falas de Pena negando qualquer tipo de manipulação nos resultados de qualquer um dos participantes.

A reportagem com o Frei David é a que mais apresenta questionamentos a respeito dos testes. Além de criticar geneticistas que estariam usando essas testagens para criticar a implementação das costas sociais, também levanta que a experiência vivida da raça se dá no campo social e não genético.

"Nunca vi nenhuma batida policial em ônibus, por exemplo, que antes de discriminar perguntasse à pessoa quantos por cento de genes afro ela teria." "A discriminação e o discriminador, que tantos estragos trazem ao tecido social brasileiro, não vêm na genética os argumentos para parar de discriminar. No entanto querem que o discriminado pare de lutar por seus direitos porque 'todos temos genes afro!'. (GLYCERIO, 2007)

As afirmações logo são negadas por Pena novamente.

O texto “Se o seu DNA falasse” (Marasculo, 2019), que foi capa da edição de abril de 2019 da revista Galileu, aborda histórias de quem realizou os testes genéticos e discute suas possíveis aplicações sociais. A reportagem representa os testes como forma de indivíduos se conectarem com uma história familiar perdida, como no caso de que uma personagem que descobriu que uma tataravó foi escravizada, ou no caso do personagem descobriu um primo desconhecido que vive nos Estados Unidos, esse mesmo personagem, por ter 50% de ascendência africana e 33% europeia, é descrito como “quase tão europeu quanto africano”, apesar de ter sua identidade racial afirmada como negro pouco antes.

O texto ouve especialistas que dizem que esses testes podem traçar “um novo olhar sobre raça”, pois, apesar de alguns os usarem para poder afirmar certa pureza racial, podem ser usados principalmente para desbancar essas ideias e para mostrar como raça é uma construção cultural.

A matéria aborda a falta da presença de minorias étnicas nos bancos de dados das empresas de testagens e como isso pode afetar os resultados de membros dessas minorias.

---

A última parte do texto apresenta os possíveis riscos que os testes apresentam. Primeiro falando as “suposições que não passam de suposições como alteração de código genéticos com alterações para doenças e fenótipos. Segue, então para as questões de segurança de dados, sobre como os termos de consentimento algumas vezes mostram algumas brechas para utilização de dados coletados e comenta o caso do vazamento que ocorreu com usuários do da empresa MyHeritage.

Depois de mostrar que dados sobre o DNA podem ser usados para busca de suspeitos de crimes e de um senador estadunidense que propôs uma lei obrigando os servidores públicos a se submeterem aos testes, a matéria termina diminuindo os “possíveis risco” ao citar uma personagem que diz não mais se preocupar com os dados, já que muitos outros dados já estão expostos. O texto termina afirmando: “A curiosidade de descobrir histórias até então esquecidas talvez ajude a superar o medo das piores distopias. O importante é lembrar que essas não são as únicas histórias que um DNA conta” (MARASCULO, 2019).

Apesar de afirmar que raça é uma construção cultural, ao se referir às porcentagens genômicas, a matéria ainda cai nessa repetição do imaginário racial biológico. A maior parte da matéria se mostra favorável aos testes, nenhum dos personagens que aparecem criticam algum aspecto da testagem, são todos clientes satisfeitos. De fato, todas as fontes da matéria, personagens ou não, têm opiniões favoráveis aos testes de ancestralidade. A parte que levanta questões problemáticas é curta e não possui nenhuma fonte ou citação, apenas situação breves que são apresentadas em sequência e essas preocupações são ainda diminuídas como “distopias”, mesmo aquelas que já acontecem contemporaneamente.

### **Considerações finais**

As matérias veiculadas no jornalismo brasileiro que abordam os testes de DNA, se mostram favoráveis aos testes e dizem que eles podem mudar o jeito que entendemos raça ao mesmo tempo em que reproduzem ideias que ligam o conceito a questões biológicas.

Os textos, principalmente os realizados pela BBC, realizam uma (re)aproximação que consideramos perigosa entre raça e biologia, ao mostrar personagens que ou desejavam ser 100% negros (podendo referir-se a uma ideia de pureza racial) que se sentem mais legitimados por terem mais porcentagem de sangue africano e por atribuir a essas porcentagens sentimentos e habilidades artísticas, também ao questionar se esses

resultados poderiam mudar a identidade racial de um indivíduo. Há até aproximações com ideias associadas à noção de democracia racial, quando os números de alguns testados de mostrava equilibrado entre as três linhas de descendência.

Em nenhum dos textos há questionamento sobre as fragilidades de análises de alguns dados sobre ancestralidade ou sobre doenças, que foram levantados na primeira parte do texto. Testes de diferentes empresas apresentam resultados diferentes nas porcentagens e atribuições étnicas e geográficas. Nem todas as variantes para doenças estão presentes nas metodologias de análises dessas empresas. Mesmo assim, as matérias consideram os resultados como verdades fechadas.

Preocupações em relação à segurança de dados ou usos por empresas do setor da saúde e por governos são, ou inexistentes, ou diminuídas pelos, demonstrando a tendência a apenas reproduzir as ideias de órgãos oficiais, como a ciência (Passos 2017; Hall et al 2016; Brotas, 2011).

## Referências

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

BROTAS, A. M. P. Jornalismo científico em tempo de controvérsia. *In*: PORTO, C.; BROTAS, A.; BORTOLIERO, S. **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas**. SCIELO-EDUFBA, 2011. p. 123-152.

BUENO, W. da C. B. Jornalismo científico: revisitando o conceito. *In*: VICTOR, C.; CALDAS, G.; BORTOLIERO, S. (Org.). **Jornalismo científico e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: All Print, 2009. p.157-78.

CRUZ, B. S. Dados de mais de 3 milhões de brasileiros vazaram de site de DNA. São Paulo, **UOL**, 29 ago 2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2018/08/29/dados-de-mais-de-3-milhoes-de-brasileiros-vazaram-de-site-de-dna.htm?>. Acesso em: 20 jul 2020.

DUSTER, T. Ancestry Testing and DNA: Uses, Limits – and Caveat Emptor. *In*: PRAINSACK, B.; SCHICKTANZ, S.; WERNER-FELMAYER, G. (Org.). **Genetics as social practice: Transdisciplinary views on science and culture**. Surrey, Vermont: Ashgate, 2014.

FREITAS, A. Fiz Um Teste Caseiro De Dna Para Descobrir Que Sou 15% Grega. E Essa Informação Custou Caro Demais. **The Intercept Brasil**, [s.l.], 28 ago 2018. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/08/30/teste-dna-privacidade/>. Acesso em 20 jul 2020

FREYESLEBEN, A. F. O século XX e suas razões: Carl Sagan , Thomas Kuhn e Paul Feyerabend e suas distintas visões sobre o conhecimento científico. **Temporalidades – Revista de História**, 2019.

GARATTONI, B. 23andMe vai entregar DNA dos seus usuários para gigante farmacêutica. São Paulo, **SuperInteressante**, 02 ago 2018. Disponível em:

<https://super.abril.com.br/comportamento/23andme-vai-entregar-dna-dos-usuarios-para-gigante-farmacutica/>. Acesso em 20 jul 2020.

GLYCERIO, C. 68% africano, ativista queria mais detalhes. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mai 2007. Disponível em:  
[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423\\_dna\\_sandradesa\\_cg.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423_dna_sandradesa_cg.shtml). Acesso em 20 jul 2020.

GLYCERIO, C. Daiane dos Santos é 'protótipo da brasileira'. **BBC Brasil**, Curitiba, [s.d]. Disponível em:  
[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423\\_dna\\_sandradesa\\_cg.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423_dna_sandradesa_cg.shtml). Acesso em 20 jul 2020.

GLYCERIO, C. Resultado 'bate' com o que eu sinto, diz Djavan. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 30 mai 2007. Disponível em:  
[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423\\_dna\\_sandradesa\\_cg.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423_dna_sandradesa_cg.shtml). Acesso em 20 jul 2020.

GLYCERIO, C. 'Tenho orgulho de ser quase 100% africana'. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mai 2007. Disponível em:  
[https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423\\_dna\\_sandradesa\\_cg.shtml](https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070423_dna_sandradesa_cg.shtml). Acesso em 20 jul 2020.

GUIMARÃES, A. A. S. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HALL, S. et al. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016. p. 309-341.

HAPPE, K. E. **The Material Gene: Gender, Race, and Heredity after the Human Genome Project**. New York and London: New York University Press, 2013.

HILL, K; MURPHY, H. Your DNA Profile is Private? A Florida Judge Just Said Otherwise. *New York Times*, Nova York 5 nov 2019. Disponível em:  
<https://www.nytimes.com/2019/11/05/business/dna-database-search-warrant.html>. Acesso em: 20 jul 2020.

HORTON, R. et al. Direct-to-consumer genetic testing. **The BMJ**, v. 367, n. October, p. 1–6, 2019.

LAMOTHE, J. Discover: So you want to have your DNA sequenced. *Sudbury*, Sudbury 20 jun. 2020. Disponível em: <https://www.sudbury.com/discover/discover-so-you-want-to-have-your-dna-sequenced--2512186>. Acesso em 19 jul. 2020.

LATOUR, B. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade a fora**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MARASCULO, M. Se o seu DNA falasse. *Galileu*. São Paulo, v. 333, p. 25-34, abr. 2019

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São

---

Paulo: Perspectiva, 2016.

NETO, V. V. G.; SANTOS, R. V.; KENT, M. Biorrevelações: testes de ancestralidade genética em perspectiva antropológica comparada. In: SANTOS, R. .; GIBBON, S.; BILTRÃO, J. (Eds.). . **Identities emergentes, genética e saúde: perspectivas antropológicas**. [s.l.] Editora FIOCRUZ, 2012.

NEVES, I. O. **O mestiço, “um parêntesis irritante” na Primeira República: Raça e discurso científico nos textos jornalísticos de Lima Barreto e Euclides da Cunha**. [s.l.] Universidade Metodista de São Paulo, 2019.

PASSOS, M. Y. Jornalismo literário e a pirâmide: implicações discursivas na Comunicação pública da ciência. **Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 33, n. 2, p. 199–219, 2010.

PASSOS, M. Y. De fontes a personagens: definidores do real no jornalismo literário. In: SOSTER, D. DE A.; PICCININ, F. Q. (Eds.). . **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017. p. 86–97.

PENA, S. "Raças não existem. Trata-se de um conceito inventado", garante o geneticista Sérgio Pena. [Entrevista concedida a] Luiza Piffero. **Gaúchazh**, Porto Alegre, 07 jul 2017. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2017/07/racas-nao-existem-trata-se-de-um-conceito-inventado-garante-o-geneticista-sergio-pena-9835374.html>. Acesso em: 19 jul 2020.

ROBERTS, D. **Fatal invention: how science, politics, and big business re-create race in the twenty-first century**. New York: The New Press, 2011.

SAGAN, C. **O Mundo Assombrado Pelos Demônios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças : cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**, 1993.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.